



CAMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Lei nº 319 /2008 de 25 de agosto de 2008

Ementa: Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Porto Real, Estado do Rio de Janeiro.

FAÇO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito Municipal de Porto Real, Estado do Rio de Janeiro, para a gestão de 1º de janeiro de 2.009 a 31 de dezembro de 2.012, será de R\$ 20.283,68 (vinte mil duzentos e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos), vedada a percepção de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 2º O subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal de Porto Real - RJ, Estado do Rio de Janeiro, para a gestão de 1º de janeiro de 2.009 a 31 de dezembro de 2.012, será de R\$ 6.085,10 (seis mil, oitenta e cinco reais e dez centavos), vedada a percepção de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 3º Os subsídios mensais dos Secretários Municipais de Porto Real, Estado do Rio de Janeiro, será de R\$ 6.757,36 (seis mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos), vedada a percepção de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único – O servidor público municipal nomeado para exercer cargo de Secretário Municipal, deverá optar entre vencimento do cargo efetivo e o subsídio do cargo comissionado.

Art. 4º Os subsídios de que tratam os artigos anteriores, serão atualizados automaticamente nas mesmas datas e pelos mesmos índices concedidos sobre a remuneração dos servidores públicos municipais, a título de revisão de caráter geral anual.



CAMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Art. 5º Os subsídios de que trata esta lei fica limitado aos preceitos contidos no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações próprias consignadas nos orçamentos anuais do município de Porto Real.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

